

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “10 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA UNIR: HISTÓRIAS, CAMINHOS E TRILHAS PARA O FUTURO”

MARIA RIBEIRO¹

Ocupar-me com o decênio do Mestrado Acadêmico em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) faz saber com antecedência, e já no anúncio da tarefa, a extraordinária complexidade do enredo. Pois deverei aterrissar minha reflexão num **lugar** cuja particularidade geográfica não pode ser ultrapassada sem consequências – o norte do Norte do Brasil –, bem como arregimentar minha própria história como **educadora** para meditar sobre as implicações de uma “pedagogia engajada”, a maneira de bell Hooks (HOOKS, 2017). Autoincensada pelo pensamento de Paulo Freire, Hooks lançou mão de uma metáfora que também nos servirá de circunstância. Certa altura, então, deitou sublinha sob o fato de que a educação será libertadora quando o **conjunto de viventes** se der conta de que ali uma plantação que apenas viva quando o conjunto de viventes implicados no seu manejo (HOOKS, 2017, p. 26). Da ideia de “plantação”, eu dizia, desdobram-se possibilidades analíticas julgadas por mim dignas de nota e as vou aqui listando, fosse um sumário, nosso rés-do-chão. Delas partiremos – das palavras infladas em negrito, em direção ao tempo vindouro ou o próximo decênio.

ENTÃO, UM LUGAR E O QUE É UM LUGAR?

No ano de 2005, o filósofo camaronês Achille Mbembe publicou um artigo no periódico *Le Messager de Douala*, intitulado *Afropolitanisme*. Interessa-nos saber que, naquela ocasião, Mbembe tratou igual modo da “circulação dos mundos”, cuidando para esclarecer que as sociedades africanas pré-coloniais foram todo tempo abalroadas por migrações, invasões, uniões conjugais mistas

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), membra da Rede para Escutas Marginais (REM/Coletivo Margens Clínicas) e pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Filosofia, Educação e Decolonialidade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

e conjunturas as mais diversas e daí ser um equívoco reivindicar “africanos” como cidadãos “tradicionais” porque supostamente imobilizados por sua condição autóctone – seus vestuários e suas danças e suas dietas e suas mitologias e suas relações de parentesco e seus interesses esportivos e suas produções musicais e o que mais se quiser. Por isso, não devo instalar a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) nas barrancas do Rio Madeira ou na bacia do Rio Amazonas ou no Planalto Sul-Amazônico, ainda que suas coordenadas geográficas sejam preditivas de importantes efeitos bióticos. Devo tomá-la por um território político, primeiro, porque são políticos todos os territórios; segundo, porque fato é que a região Norte exibe a segunda mais elevada taxa de analfabetismo do país e a maior taxa de abandono escolar antes dos 13 anos de idade (IBGE, 2019); terceiro porque a criação de um mestrado *stricto sensu* aconteceu no interior de balizas estacadas por políticas públicas que podemos chamar de “políticas da inimizade” (MBEMBE, 2020) e que cerceiam – material e simbolicamente – populações inteiras debaixo do signo da selvageria e do subdesenvolvimento; bastando, por ora, rememorar a notícia divulgada pelo atual Chefe de Estado, em agosto de 2020, e que logo seriam despachadas para a Amazônia Legal as “coisas do mundo civilizado”, a exemplo de recursos para energia renovável (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Assim, ao pensarmos o lugar da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – cujo nome por extenso e a respectiva sigla repito e repito e repito e repetirei todo tempo porque a nomeação obriga o princípio do reconhecimento, devemos prestar tributo à colossal incumbência implicada no gesto de integrar um dos 132 programas de pós-graduação oferecedores do mestrado acadêmico alojados no Norte do Brasil, sobretudo, quando as regiões Sul e Sudeste, juntas, computam cerca de 700 programas análogos ou cinco vezes mais (CAPES, 2021).

Excedida alguma reflexão sobre o espaço e suas decorrências geopolíticas, volto-me para aquilo que inclui meu nome entre outros integrantes do presente dossiê. Pois escolho descrever, ainda que demasiado breve, a experiência da disciplina denominada *Lugar das performances: produção partilhada do conhecimento*, oferecida desde uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (PPGHDL/FFLCH-USP), a Universidade de Princeton e a Cia Mungunzá de

Teatro. Tudo dito e, em 2019, operávamos uma importante desarticulação, mas não antes de formularmos uma segunda pergunta.

ENTÃO, A ACADEMIA, COM O QUE SE OCUPA A ACADEMIA?

Nossa cruzada acadêmico-ativista transterritorial partiu da Cidade Universitária, localizada num terreno administrativamente bem fornido do município paulistano, em direção ao bairro da Luz, acomodando a sala de aula num teatro de contêiner erguido onde está a Boca do Lixo, a Cracolândia e demais epítetos reveladores de diferentes graus de vulnerabilidade, por um lado, e de diferentes graus judicativos, por outro. Uma proposta de construção dos saberes que lançou mão da noção de vizinhança (I) e da escuta das outridades que nos amoldam (II) como dispositivos para o enfrentamento dos delírios institucionais, do controle biopolítico e, *especialmente*, das manchetes rotineiras, convertidas em habituais e batizadas “fatalidades”. “Fatalidades” voluntariosas que acometem, preferencialmente e deliberadamente, corpos transexuais, indígenas, refugiados, negros, pobres e homossexuais. “Fatalidades” que iluminam as políticas espaciais de opressão; a produção tutelada de subjetividades; a mudez imputada àqueles que não escrevem em latim – ou que escrevem em idioma nenhum; as pessoas com deficiências; os que pesam três dígitos – e também os pesados desde uma unidade de medida agropecuária; as que usam saias muito curtas; aqueles cujos cabelos crescem para cima; aquelas cujas casas não têm saneamento básico ou cujas casas não existem, mas a rua. Minha experiência, como educadora, associada ao bilhete expedido por um patógeno de disseminação sem precedentes na historiografia recente, confrontou-me com o seguinte. Ou dobramos a academia na direção das materialidades fáticas da existência do conjunto *absoluto* de viventes – inscrevendo-nos e ao corpo discente na sociogênese (ver FANON, 2008) de um projeto comum – ou apoiaremos o vínculo (institucional, midiático, linguístico, jurídico, parlamentar etc.) entre os grupos tornados minorias sociais e as “fatalidades”.

Como apresentadora e antecessora dos artigos que virão imediatamente na sequência da introdução escrita pelo meu querido colega professor Ricardo Alexino – e tomando o assento que me foi estendido pela notável e muitíssimo estimada professora Rosângela Hilário, falo da antessala do dossiê, botando

reparo para nem dizer demais nem de menos; significa que é minha tarefa favorecer um trânsito luminoso entre aquilo que penso e aquilo que pensaram as autoras e aos autores dedicados à primeira década do Mestrado Acadêmico da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – repetir, repetir e repetir. A listagem dos temas contra os quais haveremos de atirar nosso estado de concentração tem a natureza daquilo que Bell Hooks chama a “aceitação da descentralização global do Ocidente”. E é por meio da radical concordância com o deslocamento das nossas práticas pedagógicas para dentro de epistemologias outras que não as chanceladas pelo Norte global, *apenas*, que nos habilitaremos para pensar a “questão da voz”, a partir do tríptico “quem fala? Quem ouve? E por quê?” (HOOKS, 2017, p.57). Visto que “falar”, falamos desde o primeiro nascido vivo, seja em Porto Velho (RO), em São Pedro (SP) – de onde escrevo, na norte-americana Hopkinsville (KY) – onde nasceu bell hooks, seja em Recife (PE) – solo natal de Paulo Freire. Oswaldo Camargo, no livro *O negro escrito*, recuperou Henrique Dias, ao que consta, o primeiro negro letrado reconhecido. Era século XVII, ano de 1650, para ser precisa, e Dias teria encaminhado para o rei de Portugal o que se lê.

E ora, pelo Mestre Campo General Francisco Barreto, que governa, sou tratado com pouco respeito, e com palavras indizentes à minha pessoa, nem me conhece por soldado, e que não sou nada nem venço soldo, (e) a este respeito outras muitas moléstias, que todos geralmente padecem, até que Vossa Majestade seja servido mandar remediar tantas faltas, pelo que convém à conservação deste Estado (DIAS apud CAMARGO, 1987, p. 25).

Veja a figura negra de um negro associada a “tratado com pouco respeito”, assim há quatro séculos e contando. Veja não ser aquilo de “fala”, então, porque um autodeclarado negro se anunciou violado não obstante, no século XVII, houvesse letrado a si mesmo. (E não é de causar espanto, aliás, ter sido preciso um século mais para que, em 1749, alcançasse-nos a anotação sobre o primeiro poeta “mulato”; um século para um poema mulato!). E ouvir, ouvimo-nos a nós mesmos e a caixa de ressonância onde nos metem o racismo, o sexismo, a degradação ambiental, a inoperância legislativa, a corrupção jurídica e certo enfado diante da dor alheia – no dia de hoje, enquanto dou remate no meu raciocínio, 386.416 biografias foram abatidas pelo novo coronavírus e pela necropolítica que é já *quase* um adjetivo pátrio. Eu dizia, a caixa de ressonâncias no dentro de onde nos põem violências sortidas nos adoecem, sim, mas podem

nos redimir. E por quê? Porque, mais um decênio contado e todos os outros decênios, ver-se-á ali, naquele lugar, uma negra, um transexual, uma pessoa com deficiência, um beneficiário do Sistema Único de Saúde (SUS), um indígena, um não alfabetizado, um ecossistema, um conjunto de viventes. Para o conjunto *absoluto* de viventes, uma “pedagogia engajada”, pleiteante do “engajamento crítico” e convicta da urgência de se verem inaugurados campos de afetação – aquela “plantação” – manejados pela universidade, pela comunidade local, por educandas e educandos, por educadoras e educadores, por agentes territoriais e toda sorte de sujeitos embaraçados no tecido social.

Boa leitura.

Referências

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito. Apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira.** Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP: São Paulo, 1987.

CAPES. **Cursos avaliados e reconhecidos por região.** Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Último acesso em 17 de abril de 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. Outras coisas do “mundo civilizado chegarão ao Norte”, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/outras-coisas-do-mundo-civilizado-chegarao-a-regiao-norte-diz-bolsonaro.shtml>. Último acesso em: 20 de abril de 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª. edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (**PNAD Contínua**). Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Último acesso em 19 de abril de 2021.

MBEMBE, Achille. **Afropolitanismo.** Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/74-Texto%20do%20artigo-492-1-10-20151218.pdf>. Último acesso em 25 de abril de 2021.

_____. **Políticas da Inimizade.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020.